

Tendências | Debates

Os artigos publicados com assinatura não trazem a opinião do jornal. Sua publicação obedece ao propósito de estimular o debate dos problemas brasileiros e mundiais e de refletir as diversas tendências do pensamento contemporâneo. debates@uol.com.br / twitter.com/Folhadebate

Desindexar é preciso

ABRAM SZAJMAN

NOS ÚLTIMOS 30 anos, a economia brasileira experimentou duas fases distintas.

A primeira, na década de 1980 e na seguinte, até o advento do real, caracterizou-se por um crescimento mediocre e uma inflação exuberante, que poderíamos chamar de jacobinica, porque, diferentemente de outros países em situação semelhante, só aqui todos os mecanismos econômicos funcionavam graças a um artifício que encontrava clima favorável nestes tristes trópicos: a indexação.

Naquela época, os agentes econômicos criavam regras e inventavam formas de conduzir o dia a dia sem o risco de uma explosão, embora a inflação fosse sempre crescente. Período de ilusões, a administração eficiente de uma empresa significava antecipar elevações de preços e ganhar nas oportunidades financeiras, em vez de obter resultados nas ações operacionais.

Os consumidores que podiam decifrar seus recursos com antecipações de compra. Os outros? Ora, os outros, sobretudo as maiores vítimas da inflação, os assalariados de baixa renda. A concentração de renda caminhava lentamente, ampliando o abismo secular entre os detentores do capital, defendidos pela indexação, e a maioria dos assalariados, abandonados à própria sorte.

A indexação reinava e mantinha a economia funcionando. Não importava a relação entre o poder de compra da moeda e o valor dos bens e serviços. Não se trabalhava mais com a inflação passada ou presente. O que interessava é os ajustes dos preços hoje permitiriam repor estoques amanhã. A inflação futura era o alvo.

Uma atitude corriqueira nos negócios era aumentar os preços em um dia para que alcançassem os índices do dia seguinte. Assim, a inflação passava a ser a que acreditávamos que seria. As crenças e consequentes ações dos agentes econômicos é que configuravam a inflação do futuro.

Essa situação levou os economistas a imaginar diferentes estratégias de estabilização. Processos heterodoxos, congelamentos e tantos outros transformaram o Brasil em laboratório de testes. Ao final, verificou-se que a receita não era mirabolante: como fazem os pais diante dos maus hábitos dos filhos, o Plano Real agiu para tirar a inflação da cabeça das pessoas, o que exigiu tempo e constância na condu-



Vivemos uma espécie de adolescência econômica: vícios do passado conspiram contra nossa passagem a um estágio de maturidade

ção da política econômica.

Hoje pode-se dizer que a doença infantil da inflação foi debelada, o que permitiu retirar milhões de pessoas da pobreza e da miséria, incorporando-as aos mercados de trabalho e de consumo.

Vivemos, porém, uma espécie de adolescência econômica, com a permanência de vícios do passado que conspiram contra nossa passagem a um estágio de maturidade.

Apesar do sucesso do real, conquistas obtidas ainda não foram — e precisam ser — consolidadas.

A levandade remitte na condução dos gastos públicos faz recordar que o grande arquiteto da inflação é o Estado, que soube impor à sociedade as regras da estabilidade, mas se recusa, de próprio, a fazer sua parte.

Outra marca que persiste é a indexação: os contratos de aluguel (comerciais e residenciais) são reajustados pelo IGP-M, e as tarifas públicas (contas de luz, gás, telefonia, planos de saúde), pelo IGP. Como resultado, os preços desses serviços acabam in-

devidamente contaminados por um processo que lhes é completamente alheio, como é o caso da variação cambial, à qual o IGP está atrelado.

São indexadas até as mensalidades escolares, prestações de serviços e contratos que poderiam ser ajustados ou não pela livre negociação entre as partes, com base nas condições de mercado. Culturalmente, porém, preserva-se o vínculo com reajustes, o que ocorre também na questão salarial, na prática atrelada ao INPC. Para completar, o salário mínimo está indexado pelo PIB do ano anterior, mais a inflação medida pelo IPCA.

No atual quadro de estabilidade monetária, não há mais justificativa para qualquer forma de indexação. Em nome do equilíbrio e do bom senso, toda e qualquer cláusula de eventual proteção de valores e reajustes de contratos deve ser resultado de negociação, com a prevalência das especificidades e das circunstâncias, e não dos índices.

Para que o Brasil possa ingressar e se manter na era de uma economia definitivamente consolidada e madura, é imperioso acabar com a indexação, que foi no passado, é no presente e continuará a ser no futuro um perigoso combustível para a inflação.

ABRAM SZAJMAN, 70, empresário, é presidente da Fecomercio-SP (Federação do Comércio do Estado de São Paulo), dos conselhos regionais do Sesc (Serviço Social do Comércio), e do Senac (Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial) e do Siderac-SP (Serviço de Apoio ao Micro e Pequeno Empreendedor).

O ano já começou

ROSÂNGELA APARECIDA TALIB

Apesar dos mais de cem anos de definição da laicidade do Estado, os governantes se curvam às pressões da Igreja Católica

diguidade exige que possamos decidir sobre essa capacidade.

Nosso país — que, nos últimos anos, vem sendo reconhecido por seus avanços no campo da economia e da sustentabilidade, pela consolidação da democracia, pela melhoria das condições de vida da população mais pobre — alinhar-se-á aos países mais desenvolvidos do mundo ao assegurar uma legislação favorável à vida, à dignidade e à cidadania das mulheres, tornando legal o aborto.

Apenas as forças mais retrógradas do país se posicionam contrariamente a esse programa, incluindo ruralistas, militares e Igreja Católica — como demonstram declarações de um bispo publicadas neste jornal —, mais uma vez unidos contra os direitos mais elementares da população brasileira.

No Brasil, as mulheres católicas são as que compõem o maior número das que recorrem ao aborto. É também a população católica que em número significativo apoia leis que permitem às mulheres interromper o processo gestacional, ao menos em casos extremos, de risco para suas vidas, de gravidez resultante de estupro e de gestações de fetos sem condições de sobrevivência, conforme indicam pesquisas recentes da Unifesp e do Ibope.

Nem seriam necessárias essas pesquisas caso padres e bispos ouvissem seriamente o que lhes dizem as mulheres em suas confissões.

A hierarquia da igreja, porém, e al-

guns grupos católicos preferem ignorar essa realidade de suas próprias fides e reafirmar uma posição intransigente, sem tomar em consideração elementos da mesma doutrina católica que validam a decisão das mulheres por um aborto ou o fato de que, desde o século 17, até hoje, podem-se encontrar teólogos e teólogas, mesmo no Brasil, defensores da possibilidade de escolher por um aborto.

Na Espanha, 130 padres reunidos em um fórum de curas acabam de assinar manifesto público reconhecendo a legitimidade do Estado para legislar sobre o aborto. Deixar mulheres católicas ignorarem as discussões internas da igreja a esse respeito, impedindo-as de saber que podem ter sua decisão pelo aborto apoiada religiosamente, é jogar contra suas vidas, é permitir que carreguem por anos, ou mesmo por toda a vida, um sentimento de culpa que as tortura.

Infelizmente, a democracia brasileira sofre ainda uma fragilidade estrutural. Apesar dos mais de cem anos de definição constitucional da laicidade do Estado, os governantes se curvam às pressões da Igreja Católica.

Um claro exemplo disso foi a concordata firmada entre o governo brasileiro e o Vaticano, no final do ano passado, sem que houvesse discussão ampla e aberta na sociedade, outorgando a essa instituição religiosa poderes e privilégios.

Felizmente, apesar de todas as pressões sofridas, o ministro Paulo Vannuchi mostrou-se firme em sua proposta. Esperamos que a realização do terceiro Programa Nacional dos Direitos Humanos contribua para que cidadãos e cidadãs brasileiros tenham seus direitos respeitados.

ROSÂNGELA APARECIDA TALIB, psicóloga, mestra em ciências da religião, é membro da equipe de coordenação das Calígrafas pelo Direito de Decidir.

Painel do Leitor

O "Painel do Leitor" recebe colaborações por e-mail, fax (0xx11/3222-1644) e correio (al. Barão de Limeira, 425, 4. andar, São Paulo/SP, CEP 01222-900). As mensagens devem ser curtas e conter nome completo, endereço e telefone. A Folha se reserva o direito de publicar trechos. leitor@uol.com.br

LEIA MAIS CARTAS NA FOLHA ONLINE

www.folha.com.br/paineldoleitor

Haiti

Não era esse o destino que esperavam para a sua terra quando fizeram, em 1804, a mais heroica revolução de independência que a história conta, sem se renderem às vontades da elite local nem às pressões externas.

É lamentável ver a situação por que o país passa.

O texto de Omar Ribeiro Thomaz ("O Haiti já estava de joelhos; agora está prostrado", **Mundo**, ontem) retrata brilhantemente o caos interno e o descalço histórico da comunidade internacional para com esse país, que merecia um pouco mais de atenção por parte de todos nós."

VICTOR LEITE DE OLIVEIRA (São Paulo, SP)

"Assim como muitos sindicatos usam a luta de classes contínua como ferramenta para alimentar o seu fundo de comércio, alguns antropólogos parecem usar a luta racial para o seu."

É o que conduziu após a leitura do alardeado artigo de ontem de Omar Ribeiro Thomaz.

Se alguém tiver dúvida de que a antropologia brasileira do século 21 tem uma agenda ideológica muito definida, basta ler as paranoias publicadas naquele artigo. São as vitórias do comunismo procurando outras bandeiras para prosseguir com sua luta destruidora da sociedade, não respeitando nem as tragédias dos povos."

JOSÉ GUEZ DA COSTA CARVALHO VIDIGAL (São Paulo, SP)

"O artigo de ontem de Eliane Cantanhêde ('O Nobel da Paz brasileiro') repercutiu o brilho que foi a vida de Zilda Arns. Foi brilhante o que a jornalista escreveu."

Zilda Arns foi um exemplo para nós. Com certeza, a Igreja Católica, um dia, há de reconhecer as virtudes e levar ao altar essa mulher extraordinária, que, para se santificar, não precisou ingressar em nenhum instituto religioso, vivendo plenamente a sua condição de esposa, mãe e médica.

Admiração e reverência a Zilda Arns. Admiração também a Eliane Cantanhêde, que conseguiu, pelo pensamento e palavras, assim como Frei Betto ('Zilda Arns, a mãe do Brasil'), reproduzir o carisma dessa grande mulher."

CARLOS ROBERTO CARVALHO (São Paulo, SP)

Direitos humanos

"Acompanhando o que tem sido escrito neste jornal sobre o 3º Programa Nacional de Direitos Humanos, gostaríamos de registrar as nossas críticas contra a linha editorial adotada. Além da descabida rotulagem inicial do programa como autoritário e ditatorial, de caráter nitidamente cleroelito, as diversas considerações negativas sobre a amplitude do programa ignoram a interdependência dos direitos humanos (ratificada pela sociedade internacional em Viena, em 1993) e exibem conteúdo preconceituoso em relação às minorias vulneráveis."

Há que ressaltar ainda que a persistência em desmerecer o programa por ser fruto de mobilização da sociedade civil é sintomática da prática de criminalização dos movimentos sociais e contribui para dar aos direitos humanos e aos seus defensores um caráter negativo perante a sociedade."

LUIZA LUZARA QUEL LIMA, advogada de Direitos Humanos, LUIZA LUZARA QUEL LIMA (São Paulo, SP)

» SERVICOS DE ATENDIMENTO AO ASSINANTE: 0800-775-8080
Grande São Paulo: 0xx11/3222-3090 saa@grupofolha.com.br

» OMBUDSMAN: 0800-015-9000 ombudsman@uol.com.br

Erramos

erramos@uol.com.br

OPINIÃO (15 JAN, PÁG. A2)

O editorial "Concorrência na saúde" errou ao dizer que "grandes empresas" podem negociar com seguradoras de saúde a supressão de período de carência para serviços médicos. Norma da Agência Nacional de Saúde Suplementar determina que contratos coletivos de empresas com mais de 30 funcionários não estão sujeitos a períodos de carência.

BRASIL (11 JAN, PÁG. A4)

A frase do deputado Antonio Carlos Pannunzio (PSDB-SP), publicada na seção "Troteiro" da coluna "Painel", havia sido publicada em parte dos exemplares da edição do dia 9.

★

"O Brasil é um dos raros países a ter passado por uma ditadura e não ter criado ainda uma comissão da verdade."

Se a África do Sul foi pioneira, seu exemplo foi seguido por vários países que sofreram ditaduras de direita ou comunistas. Saber exatamente o que aconteceu, ter acesso a documentos e procurar arquivos que tenham sido ilegalmente subtraídos são direitos de nosso povo para conhecer as páginas da nossa história — contra as quais devemos lutar para que não se repitam.

O ministro Paulo Vannuchi está de parabéns por ter assumido essa luta."

RENATO JANINE RIBEIRO, professor titular de ética e filosofia política da USP (São Paulo, SP)

Cerveja

"O artigo de ontem do professor Rogério Cezar de Cerqueira Leite ('Cerveja: o orgulho de quem fatura mais') deixa a Ambev sem roupa. Destro, ponto a ponto, as mentiras da cervejaria."

Não seria o caso, dada a gravidade do assunto, de o Ministério Público abrir uma investigação? Ou vai ficar por isso mesmo?"

MÁRIO PEREIRA (São Paulo, SP)

"Lamentamos profundamente os ataques desproporcionados desferidos contra nossa empresa pelo senhor Rogério Cezar de Cerqueira Leite em artigo publicado ontem na seção 'Tendências/Debates'."

Em respeito ao articulista e aos leitores da **Folha**, leríamos e acolitaríamos com um dos mais renomados mestres cervejeiros do mundo, o brasileiro Sílvio Luiz Reichert, com 30 anos de profissão, respondesse aos argumentos do primeiro artigo de Cerqueira Leite, publicado em dezembro, e que trazia críticas à cerveja brasileira.

Diante da solidez dos argumentos apresentados por Reichert, o senhor Leite preferiu desqualificá-lo, utilizando adjetivos chulos.

A AmBev emprega 23 mil funcionários e é um dos maiores pagadores de impostos da iniciativa privada brasileira. Merece o respeito e estamos profundamente ofendidos com a forma vulgar como fomos atacados.

O sucesso dos nossos produtos junto aos consumidores é a melhor resposta que podemos oferecer ao desmpecho do senhor Leite."

ALEXANDRE LOMES, diretor de Comunicação da AmBev (São Paulo, SP)

Boas-festas

A **Folha** agradece e retribui os votos de boas-festas recebidos de: Jacques Diouf, diretor-geral da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação - FAO (Roma, Itália); Sachiko Takeda, Ministério das Relações Exteriores do Japão (Tóquio, Japão); Paulo Pereira da Silva, Força Sindical (São Paulo, SP); Angelo Sastre, Tce Concessionária de Rodovias (Ribeirão Preto); Capela Novas, vereador pelo PPS (Ribeirão Preto, SP); Nicandro Lopes, vereador pelo PSDB (Ribeirão Preto, SP); Waldyr Villela, vereador pelo DEM (Ribeirão Preto, SP); Elias Chediek Neto, vereador pelo PMDB (Araraquara, SP); Ronilson de Souza Luiz, capitão da PM (São Paulo, SP); Mariana Jábali, presidente do Centro do Voluntariado (Ribeirão Preto, SP).

» SERVICOS DE ATENDIMENTO AO ASSINANTE: 0800-775-8080
Grande São Paulo: 0xx11/3222-3090 saa@grupofolha.com.br

» OMBUDSMAN: 0800-015-9000 ombudsman@uol.com.br

COTIDIANO (1 JAN, PÁG. C3) Diferentemente do publicado na reportagem "Endinheirados pagam R\$ 4,5 mil por voos para fugir do trânsito", o modelo Seneca é um avião bimotor a pistão de pequeno porte, e não um jatinho.

EQUILÍBRIO (1 JAN, PÁG. 9)

Diferentemente do publicado no texto "Novidade nos spas", o peeling vulcânico do Kallma Zen Spa custa R\$ 900.

ILUSTRAÇÃO (1 JAN, PÁG. B3)

Diferentemente do publicado na seção "Ibope", a reprise do "Programa do Gugu" empatou com o "Programa Sílvia Santos", com nove pontos.

This document was created with Win2PDF available at <http://www.win2pdf.com>.
The unregistered version of Win2PDF is for evaluation or non-commercial use only.
This page will not be added after purchasing Win2PDF.